

SEGURANÇA ESTRATÉGICA NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS: O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS ANGOLANAS-FAA PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ E SEGURANÇA REGIONAL¹

Joaquim Silva João Gaspar²

RESUMO

O artigo examina o papel de Angola como potência regional emergente, destacando sua atuação diplomática e militar na Região dos Grandes Lagos. Após o fim da guerra civil em 2002, o país passou a reforçar sua política externa e a investir na reconstrução das instituições de defesa, buscando maior protagonismo continental. A literatura sobre potências médias e regionais, como Secches e Ramos, Paiva e Mesquita e Silva, demonstra que Angola reúne elementos materiais, geopolíticos e diplomáticos que sustentam uma posição de liderança em seu entorno imediato. A participação angolana em organismos multilaterais, como SADC, CEEAC e CIRGL, e sua intervenção em crises na República Democrática do Congo reforçam essa projeção de influência. Apesar disso, o país enfrenta limites decorrentes da dependência do petróleo, da fragilidade institucional e da concorrência com outras potências africanas. Conclui-se que Angola, embora ainda em consolidação, desempenha funções relevantes para a paz e a segurança regional.

Palavras-chave: segurança nacional - Região dos Grandes Lagos (Angola); política internacional; forças armadas - Angola.

ABSTRACT

This article examines the role of Angola as an emerging regional power, emphasizing its diplomatic and military engagement in the Great Lakes Region. Following the end of the civil war in 2002, the country strengthened its foreign policy and invested in rebuilding its defense institutions, seeking greater continental prominence. The literature on middle and regional powers, including Secches and Ramos, Paiva and Mesquita, and Silva, indicates that Angola possesses material, geopolitical, and diplomatic assets that support a leadership position within its immediate surroundings. Angola's participation in multilateral organizations such as SADC, ECCAS, and ICGLR, as well as its involvement in crises in the Democratic Republic of Congo, further reinforces its projection of influence. Nevertheless, the country faces constraints stemming from oil dependence, institutional fragility, and competition with other African powers. The article concludes that Angola, although still in the process of consolidation, performs significant functions in promoting peace and regional security.

Keywords: national security - Great Lakes region (Angola); world politics; armed forces - Angola.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Bas'Ílele Malomalo.

² Bacharelado em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Durante as últimas décadas, a dinâmica da geopolítica do continente africano tem sido anotado pelo reaparecimento de novos polos regionais de poder e de influência. Capazes de desafiar a lógica tradicional da política africana. Nesse contexto, o aparecimento de atores em ascensão, como Angola, tem se destacado na arena da política continental. Tal protagonismo resulta da experiência adquirida pelo país após o fim do conflito armado em 2002, quando Angola reestruturou sua política interna e externa com objetivo de se inserir de maneira mais ativa na dinâmica internacional, conforme destacam Armando (2021) e Oppermann (2016).

A diplomacia angolana tem, desde então, tem se concentrado na resolução de conflitos vigentes na África Central e Austral, buscando consolidar a sua posição como Estado influente na Região dos Grandes Lagos uma das áreas mais instáveis e estratégicas do continente. Por essa razão, observa-se um grande interesse de atores regionais e internacionais em identificar caminhos para a resolução dos conflitos locais. Teóricos, como Pedro e Garcia (2020), Armando (2021) e Sita (2017), têm se dedicado em compreender o papel de Angola como uma potência regional emergente.

Os estudos de potências médias e regionais nos oferecem um importante referencial teórico para analisar esse tipo de ascensão. Secches e Ramos (2020), entendem que potências regionais são Estados que dispõem de capacidade materiais significativas, suficientes para exercer liderança imediata em seu entorno geográfico, e cujo poder é reconhecido por outros atores.

Paiva e Mesquita (2022) acrescentam que análise dessas potências envolve considerar dimensões como legitimidade, estabilidade doméstica e disposição para assumir responsabilidades coletivas, especialmente na mediação de conflitos ou na promoção da integração regional. Para Carvalho e Gonçalves (2016) e Pegado (2014), Angola se enquadra nesse contexto ao atuar como um ator que, embora movido por interesses nacionais, também desempenha um papel estabilizador na região, contribuindo para a manutenção da segurança e tranquilidade no continente.

Angola tem ampliado sua presença a nível institucional e diplomática em organismos multilaterais africanos, tais como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a Conferência do Golfo da Guiné (CGG) e União Africana (UA). Essa inserção tem possibilitado ao país participar de negociações de paz, enviar tropas e promover acordos entre governos e grupos armados. Tais

ações decorrem de uma política externa voltada para o continente africano e de uma ambição de liderança regional que ultrapassa a mera defesa de interesses econômicos bilaterais, (Oppermann, 2016).

Ao mesmo tempo, a atuação angolana ganha maior relevância diante da persistente instabilidade na Região dos Grandes Lagos, especialmente na República Democrática do Congo (RDC), país vizinho com o qual Angola compartilha fronteira (Almeida, 2019; Silva, 2017).

Este artigo tem como objetivo analisar Angola como uma potência regional emergente na Região dos Grandes Lagos, destacando sua política externa ativa, influência diplomático-militar e seu papel na segurança regional. Embora o país enfrente desafios internos importantes após o fim da guerra civil agravados pela crise econômica resultante da dependência de recursos mineiras, sobretudo o petróleo, e pela ausência de instituições democráticas plenamente consolidadas seu comportamento internacional, sua capacidade de mediação e projeção de poder conferem-lhe características compatíveis com as de uma potência regional, conforme os autores discutidos.

Este trabalho está estruturado da seguinte forma: (a) conceitualização de potência intermediária ou média, com a caracterização de Angola como potência regional; (b) a Região dos Grandes Lagos; (c) Angola como potência na região central da África; (d) conclusão.

2 CONCEITUALIZAÇÃO DE POTÊNCIA INTERMEDIÁRIA OU MÉDIA, CARACTERIZAÇÃO DE ANGOLA COMO POTÊNCIA REGIONAL

Secches e Ramos (2020) afirmam que há uma proximidade conceitual entre potência emergente e potência intermédia, indicando que uma potência emergente se caracteriza como um ator intermediário na hierarquia de poder da política mundial. O conceito de potências intermediárias ou médias não é novo no sistema internacional. Autores como Giovanni Botero e Abbé de Mably já discutiam, entre os séculos XVI e XVIII, uma divisão tripartite do sistema internacional e o comportamento exercido por Estados intermediários (Paiva; Mesquita, 2022; Schweller, 2017).

Schweller (2017) explica que Giovanni Botero classificava o mundo em três categorias de potências: potências imperiais, potências médias e pequenas potências. Assim, a definição de um Estado como pequeno, médio ou grande depende do tipo de ator que ele representa e do seu status no sistema internacional.

Durante as duas últimas décadas do século XX, testemunhou-se a ascensão de novos atores intermediários no sistema internacional, especialmente sob a forma de potências regionais (Paiva; Mesquita, 2022). Já na segunda metade do século XX surgiram os primeiros debates teóricos sobre potências médias, emergentes e regionais na academia canadense, no pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de fornecer base conceitual para as pretensões da política externa do Canadá (Secches; Ramos, 2020).

Paiva e Mesquita (2022) destacam que as últimas décadas evidenciaram o surgimento de novos atores intermediários na política mundial, que passaram a desempenhar papéis de influência em suas respectivas regiões, sendo, portanto, reconhecidos como potências regionais. Entre suas características, destaca-se a preferência pela atuação em arenas multilaterais e a busca por influenciar seus processos decisórios. Nesse sentido, torna-se pertinente investigar se a autoridade crescentemente conferida a essas instituições multilaterais é acompanhada por uma redistribuição efetiva do poder global.

A Teoria das Potências, conforme sistematizada por Carsten Holbraad em *As Potências na Política Internacional* (1980), tornou-se uma das principais referências no campo das Relações Internacionais (Rocha; Morales, 2010).

Holbraad oferece uma explicação mais clara para a categoria de Estados que atuam no nível intermediário da hierarquia de poder no sistema interestatal, destacando a emergência de modelos teóricos voltados à classificação de potências médias e emergentes. Esses modelos podem ser agrupados em diferentes enfoques: funcional, comportamental, sistêmico-estrutural, comportamental-estrutural, inserção regional e crítico (Secches; Ramos, 2020).

Rocha e Morales (2010, p. 259) argumentam que: “el concepto de ‘potencias medias’ no llegó a concretarse como tal, sino que quedó reducido a una vaga noción con la que se buscaba dar cuenta de un fenómeno presente en la ‘cintura’ del SPI-GF: Estados que ocupan una posición intermedia”.

Diversos autores apresentam entendimentos distintos sobre o conceito de potência média. Para alguns, trata-se de um Estado cuja influência se manifesta principalmente em sua região; para outros, pode assumir um papel hegemônico ou até mesmo aspirar à hegemonia. Há também quem a defina como um Estado que depende de potências maiores para sustentar sua posição regional ou, ainda, como um ator externo capaz de desafiar a hegemonia estabelecida em determinada área (Secches; Ramos, 2020).

Nesse sentido, Paiva e Mesquita (2022, p. 4) pontuam que:

Esforços subsequentes usaram tanto a divisão em quatro níveis (Valência e Ruvalcaba 2014) quanto em três (Neack, 1993). Uma solução intermediária proposta por Holbraad (1984) adiciona às potências grandes, intermediárias e pequenas um subgrupo chamado “potências intermediárias superiores”, no qual ele incluiu Alemanha, China, França, Japão e Reino Unido.

Paiva e Mesquita (2022) argumentam que os critérios utilizados para caracterizar o que é uma potência baseiam-se na estratificação internacional, considerando indicadores como Produto Interno Bruto (PIB), extensão territorial, capacidade de defesa, participação no comércio internacional, relevância no sistema financeiro, e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A partir desses parâmetros, observa-se que existem países territorialmente pequenos, mas classificados como grandes potências como o Reino Unido, enquanto outros, apesar de possuírem vasta extensão territorial, são categorizados como potências médias, como é o caso do Canadá.

CLASSIFICAÇÃO	PAÍSES
Potências Grandes	Alemanha, Estados Unidos, França, Japão, Reino Unido
Potências Intermediárias	África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Grécia, Holanda, Índia, Irã, Irlanda, Itália, Kuwait, México, Nova Zelândia, Portugal, Rússia, Suécia, Suíça, Turquia.
Potências Pequenas	Argélia, Bulgária, Camarões, Chile, Egito, El Salvador, Equador, Etiópia, Fiji, Filipinas, Gana, Jordânia, Líbano, Mali, Marrocos, Nigéria, Noruega, Panamá, Paquistão, Peru, Quênia, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Sudão, Tailândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda.

Fonte: elaborado pelos autores Paiva e Mesquita (2022).

Os dados mostram que os Estados intermediários se tornaram menos envolvidos em instituições multilaterais após o fim da Guerra Fria. Contudo, a crise financeira de 2008 motivou um aumento do engajamento desse grupo.

Nesse sentido, Paiva e Mesquita (2022) destacam os seguintes pontos: (a)- Estados que ocupam uma posição intermediária entre as grandes potências e os Estados menores no sistema internacional tendem a exercer influência regional significativa e desempenhar papéis ativos em organizações internacionais; (b)- a liderança em organizações internacionais pode

manifestar-se de diferentes formas, como a formulação de políticas, na promoção de agendas e na mediação de conflitos. As potências intermediárias frequentemente buscam influenciar esses espaços multilaterais para proteger seus interesses e promover sua visão de mundo; (c) o recorte temporal de 1975 – 2017 abrange momentos críticos das relações internacionais, incluindo a Guerra Fria, a desintegração da União Soviética, o surgimento de novos atores globais e transformações estruturais na distribuição do poder internacional.

Dessa forma, compreende-se o que afirmam Carvalho e Gonçalves (2016): não existe um conceito hegemônico na literatura para definir potência regional. Nos estudos sobre regiões, o termo costuma ser utilizado de maneira abrangente para descrever a hierarquia de poder no sistema internacional e, sobretudo, para identificar a atuação de um Estado cuja influência se projeta sobre uma região ou sub-região específica.

Segundo Carvalho e Gonçalves (2016), um Estado torna-se uma potência regional quando consolida uma posição de liderança em uma região delimitada geográfica, econômica, política e militarmente. Isso envolve possuir recursos naturais estratégicos, capacidade de influenciar processos decisórios em organizações regionais e certa força ideológica. Para que esse status seja efetivamente reconhecido, é necessário também o reconhecimento dos Estados vizinhos.

As potências regionais raramente atuam isoladas na hierarquia de poder. Por essa razão, observa-se a presença de potências secundárias Estados que possuem recursos materiais significativos, ainda que inferiores aos das potências regionais (Carvalho; Gonçalves, 2016; Pegado, 2014).

Angola, situada na costa ocidental do continente africano, faz fronteira com a República Democrática do Congo e o Congo-Brazzaville ao norte; com a Namíbia ao sul; com a Zâmbia a leste; e é banhada pelo oceano Atlântico a oeste. Com uma extensão territorial de 1.246.700 km², figura entre os maiores países do continente africano (Sita, 2017).

A história angolana é marcada por longos períodos de instabilidade, desde a ocupação colonial portuguesa até a Proclamação da Independência em 11 de novembro de 1975, realizada de forma unilateral pelos três movimentos de libertação MPLA, FNLA e UNITA (Sita, 2017; Da Silva, 2018). Após a independência, o país mergulhou em uma prolongada guerra civil, tornando-se palco de disputa entre grandes potências, interessadas em explorar recursos estratégicos que, por sua vez, sustentavam os movimentos em conflito.

Internamente, Angola também sofreu a influência do regime do Apartheid na África do Sul. A vitória angolana na “*Batalha do Cuito Cuanavale*”, em 1988, contribuiu para o processo que levou à independência da Namíbia, em 1990, e ao fim do regime sul-africano, consolidando

temporariamente a hegemonia da África do Sul como potência regional na África Austral. Após o fim da guerra civil angolana, em 2002, Angola emergiu como uma potência ascendente no continente (Da Silva, 2018; Ferreira, 2005).

Seguindo as análises conceituais de Secches e Ramos (2020), observa-se que Angola se aproxima do status de Potência Regional Africana Ascendente, desafiando, ainda que de forma indireta, a hegemonia sul-africana. Silva (2017) sustenta que a posição de Angola no continente a coloca como uma potência regional em ascensão, especialmente pela influência política construída no período pós-guerra e pelos investimentos contínuos na reconstrução e modernização das Forças Armadas, superando em determinados momentos países como a África do Sul e outras potências secundárias africanas, sendo inferior apenas à Argélia.

Segundo Silva (2017), Angola tornou-se um modelo para países africanos que enfrentam conflitos internos. Por estar inserida em uma região historicamente instável, desempenhou papéis importantes ainda nos anos 1990, como na queda do regime de Mobutu, na RDC, e na derrubada do governo do Congo-Brazzaville. O fato de diversos países africanos preferirem Angola como mediadora de conflitos, em detrimento da África do Sul, reforça sua imagem como potência regional na África Austral e Central.

Almeida (2019) e Pegado (2014) concordam com a análise de Silva (2017). Na classificação apresentada por Paiva e Mesquita (2022), alinhada à definição de Secches e Ramos (2020), Angola apresenta características compatíveis com o status de potência regional. Entretanto, Almeida (2019) introduz um ponto relevante para reflexão: apesar do protagonismo externo, Angola apresenta fragilidades que limitam sua ascensão, tais como baixa densidade populacional (cerca de 30 milhões de habitantes, segundo o INE, 2014), limitada capacidade tecnológica, reduzida competitividade exportadora na região e dependência do comércio sul-africano.

O continente africano abriga outras potências regionais influentes e amplamente legitimadas no cenário internacional, como África do Sul, Nigéria, Quênia, Egito e Etiópia (Silva, 2017; Pegado, 2014; Almeida, 2019).

As características apontadas por Pegado (2014) aproximam a realidade angolana dos pressupostos realistas de Hans Morgenthau, segundo os quais o poder de um Estado depende da soma de elementos como território, população, capacidade econômica e militar, e estabilidade política.

Assim, Pegado (2014) e Silva (2017) concordam ao afirmar que Angola vem se consolidando como uma potência regional na África Subsaariana, desempenhando um papel de crescente relevância.

Há, porém, uma grande preocupação segundo Silva, que afirma que:

Contudo, o relativo isolamento angolano prejudica a sua própria inserção internacional, já que “o aumento da capacidade de influência de Angola não pode ser alcançado por meio do isolamento ou da pretensa autossuficiência em recursos” (José, 2011, p. 123). Por outro lado, essa postura também elide a possibilidade, em curto prazo, de que sua ascensão à potência regional resulte em uma guerra hegemônica em busca de uma revisão da ordem regional, (Silva, 2017, p. 234).

Almeida (2019) defende que Angola apresenta todas as características necessárias para ser considerada uma potência regional. Esse status foi reforçado pela sua atuação direta na Guerra do Congo (1996-1997), conflito que envolveu diversos países africanos e contou com a influência de potências externas.

Com o alcance da paz em 2002, Angola passou a exercer liderança e influência política, militar e econômica sobre a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Região dos Grandes Lagos, consolidando-se como uma potência regional da África Central (Silva, 2017; Almeida, 2019; Pegado, 2014).

Embora seja um país rico em recursos naturais, sobretudo petróleo do qual a sua economia depende fortemente, Angola mantém relações relevantes com os países vizinhos, mas enfrenta diversas fragilidades internas, incluindo um sistema político ainda pouco consolidado. No âmbito regional, o país também precisa lidar com a hegemonia da África do Sul, tradicional potência regional do continente.

Conforme discutido na primeira seção, Angola pode ser considerada uma potência regional segundo o conceito desenvolvido por Secches e Ramos (2020). No entanto, com base em Silva (2017), há um enquadramento mais preciso ao classificá-la como uma potência regional ascendente, dado o seu processo contínuo de afirmação no sistema regional africano.

A próxima seção do artigo dedica-se a analisar a posição geoestratégica de Angola na Região dos Grandes Lagos e a forma como o país se relaciona política, diplomática e estrategicamente com os seus vizinhos.

3 REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

Constrói-se um discurso, conforme mencionado nos trabalhos de Da Silva (2011), De Souza (2013) e Bizawu (2007), segundo o qual os problemas enfrentados atualmente pelo

continente africano seriam resultado direto de seu passado histórico. Contudo, entendemos que essa não deve ser a narrativa predominante para a análise da realidade africana, considerando que a maioria dos países do continente possui mais de 50 anos de independência. Assim, percebe-se que grande parte desses desafios decorre de fragilidades institucionais e políticas, relacionadas à atuação dos próprios governantes africanos.

Bizawu (2007) argumenta que, para compreender de forma mais plausível os problemas sociais, econômicos e políticos do continente africano, é “*necessário partirmos de um entendimento mais universalizado*”. Como discutido no parágrafo anterior e abordado por Da Silva (2011) e De Souza (2013), o continente também foi palco de disputas no contexto da Guerra Fria, protagonizada pelos dois principais blocos de poder da época: Estados Unidos e União Soviética.

A instabilidade política ainda constitui uma preocupação recorrente para muitos Estados africanos. A União Africana, em cooperação com seus Estados-membros, busca garantir soberania e estabilidade política em todo o continente (Francisco, 2016).

Além da União Africana, o continente organiza-se em blocos regionais voltados à promoção da estabilidade, paz, segurança, cooperação e integração econômica. Entre eles destacam-se a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), a Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), entre outros (Assis; Ribeiro; Garcia, 2022).

A África Central é uma das regiões de maior relevância estratégica no continente, devido à sua posição geopolítica privilegiada, à abundância de recursos naturais e minerais preciosos, às vastas áreas agrícolas e ao elevado potencial hídrico (Assis; Ribeiro *et al.*, 2022).

A região é composta por nove países que apresentam grande diversidade populacional e territorial. Inclui Estados sem saída para o mar, como Burundi e Chade; pequenos Estados insulares, como Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe; além de Camarões, República Centro-Africana, República do Congo, Gabão e República Democrática do Congo (RDC). A população total é de aproximadamente 144,6 milhões de habitantes, dos quais 53% têm entre 15 e 63 anos, representando 11,5% da população africana (African Union, 2018).

A região apresenta o menor PIB do continente, variando entre 4% e 11% do total africano, dependendo do comércio internacional, do preço das commodities e do valor do barril de petróleo principal produto de exportação da região. Entre 2005 e 2015, registrou-se a maior taxa de crescimento, com média anual de 5,3%, elevando o PIB de US\$ 127,6 bilhões para US\$ 219,4 bilhões (Assis; Ribeiro *et al.*, 2022).

A CEPGL, composta por Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo, concentra alguns dos minerais mais valiosos do mundo, os quais, em certa medida, alimentam dinâmicas de instabilidade na RDC e, posteriormente, em toda a região (Da Silva, 2011; De Souza, 2013).

Os conflitos nos Grandes Lagos têm raízes históricas, especialmente com a migração de grupos tutsis e hutus de Ruanda e Burundi para a região do Kivu, na RDC. De acordo com Sousa (2013), a presença de ruandeses no território congolês é anterior à chegada dos europeus. O Kivu era uma área estratégica onde os reis ruandeses e burundeses estendiam seu domínio, buscavam novas terras e se refugiavam de governantes tirânicos (De Sousa, 2013).

Segundo Miranda (2019), o genocídio de 1994 em Ruanda, no qual mais de 800 mil pessoas foram assassinadas, provocou um intenso fluxo migratório para a RDC. Nas fronteiras congoleesas, formaram-se grupos armados como as FDLR (Silva, s/a).

Durante esse período, a RDC era governada por Mobutu Sese Seko, considerado um dos homens mais ricos do mundo. Entretanto, Mobutu enfrentava dissidências internas lideradas por Laurent Kabila, apoiado pelas FDLR, que contribuíram para a queda do regime. Com o apoio ruandês, Laurent Kabila assumiu o poder em troca de concessões sobre a exploração de recursos minerais.

Com a instabilidade crescente, em 1996 a RDC foi invadida por Ruanda, Uganda e Burundi, dando início à Primeira Guerra Africana, encerrada em 1997. A Segunda Guerra Africana ocorreu entre 1997 e 2003, após o assassinato de Laurent Kabila, sendo seu filho, Joseph Kabila, conduzido ao poder (Da Silva, 2012).

A participação de Angola, Zimbábue e Namíbia foi determinante para assegurar a integridade territorial e a soberania congoleesa diante da invasão desses países vizinhos. As motivações envolviam questões étnicas e econômicas (Da Silva, 2012; De Sousa, 2013).

Diante da gravidade da situação, a Região dos Grandes Lagos tornou-se uma preocupação internacional. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, juntamente com o Conselho de Segurança, emitiu a Resolução 129 de 24 de fevereiro de 2000 e a Resolução 1304 de junho de 2000, reconhecendo a crise política e de segurança na RDC como ameaça à paz regional (Miranda, 2019).

Os conflitos na região são complexos e combinam dimensões intraestatais, disputas étnicas e dinâmicas transnacionais. Grupos como o M23 fortemente armado e financiado pelo governo ruandês, segundo alguns autores emergem dessas tensões (Da Silva, 2012; Miranda, 2019; Bizawu, 2007).

Quanto à atuação de Angola na região, o país desempenha um papel relevante na mediação de conflitos. Trata-se de uma área estratégica que favorece a projeção de sua influência regional, materializada inclusive pela presença militar angolana. Segundo Miranda (2016), a RDC é um dos países mais diretamente afetados pela instabilidade e mantém fronteiras extensas e sensíveis com Angola.

Assim, o envolvimento angolano decorre tanto de sua experiência na resolução de conflitos quanto da busca por afirmar sua autonomia e consolidar-se como potência regional (Assis; Ribeiro *et al.*, 2022; De Sousa, 2013; Bizawu, 2007).

Numa entrevista efetuada pela Autora ao Diretor do Gabinete de Intercâmbio e Cooperação Internacional do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas, o Tenente General Carlos F. De Sousa Couceiro, a 25 de Abril de 2018, revelou que é necessário buscar pelos canais da História para saber porquê que Angola terá ligação com os Grandes Lagos. Segundo Carlos Couceiro, a posição geoestratégica de Angola, obriga o país a estar dentro de um processo integrado. A questão da segurança na Região dos Grandes Lagos é fundamental uma vez que a estabilidade desta região permitirá explorar devidamente as potencialidades dos países membros em benefício do seu povo. Angola é um país que se pacificou, mas cuja estabilidade depende muito da vizinhança próxima e imediata e da vizinhança afastada (Miranda, 2019, p. 36)

Para Miranda (2019), além de Angola zelar pela segurança e pela estabilidade da região, o país também busca ampliar sua influência enquanto potência intermediária, conforme discutido na seção anterior.

Diante dos problemas evidentes na Região dos Grandes Lagos, Da Silva (2011) e Souza (2013) ressaltam que a área é marcada por instabilidade política e disputas de poder com raízes históricas profundas, cujos efeitos se prolongam até os dias atuais. Massacres, violência sexual, migrações forçadas de cidadãos congolese para países vizinhos e outras violações graves dos direitos humanos compõem um cenário de grande vulnerabilidade social.

A rivalidade regional envolve principalmente Ruanda, Burundi, Uganda e a República Democrática do Congo (RDC). Nesse contexto, Angola se posiciona como mediadora dos conflitos que já perduram por mais de três décadas. É importante destacar que, por se tratar de uma zona altamente instável, protagonizada por quatro atores estatais, a intensidade dos conflitos varia ao longo do tempo, alternando períodos de maior ou menor agravamento (Souza, 2013; Da Silva, 2011; Silva, 2014).

Embora Miranda (2019) reconheça a existência de tensões entre Angola e Ruanda, o autor esclarece que a busca ruandesa por protagonismo na Região dos Grandes Lagos gera preocupações estratégicas para Angola, sobretudo no que se refere à manutenção de sua influência e ao equilíbrio de poder regional.

Após discutir a origem dos conflitos na Região dos Grandes Lagos, as rivalidades e o comportamento dos Estados envolvidos, a próxima seção do artigo analisará, de forma mais aprofundada, a atuação de Angola na África Central. A ênfase recairá sobre seu protagonismo político-militar e o papel que desempenha na manutenção da segurança e da estabilidade regional.

4 ANGOLA (COMO POTÊNCIA) NA REGIÃO CENTRAL DA ÁFRICA

Oppermann (2016) considera que a África Central é uma região do continente africano composta por diversos países, embora, do ponto de vista estritamente geográfico, os Estados mais centrais sejam Chade, República Centro-Africana e República Democrática do Congo, justamente por não possuírem saída para o mar. Contudo, fatores históricos, políticos e econômicos ampliaram essa delimitação, incluindo outros países que, embora não estejam no núcleo geográfico, integram a região no plano político-estratégico.

Nesse sentido, Armando (2021) argumenta que a África Central se caracteriza como uma das regiões mais vulneráveis do continente, acumulando desde a década de 1990 elevados índices de golpes de Estado, crises sociais e conflitos armados.

A atuação de grupos rebeldes, como o Boko Haram, tem agravado a instabilidade nos Camarões e na Nigéria, impulsionada pelo crescimento dos conflitos de natureza religiosa. Esses problemas estruturais têm gerado forte preocupação à União Africana (UA) e à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), que vêm buscando mecanismos de cooperação regional para enfrentar os desafios políticos e de segurança que marcam essa região, considerada uma das mais conflituosas da África (Oppermann, 2016; Armando, 2021).

Diante desse cenário, a criação da CEEAC pelos países da região central visa promover paz, prosperidade, integração e solidariedade, fortalecendo a cooperação política e econômica. Conforme destaca Armando (2021), os Estados-membros e seus cidadãos podem circular livremente no espaço comunitário, ampliando oportunidades de integração e desenvolvimento sustentável. A presença de potências africanas como África do Sul e Nigéria tem sido constante nesse contexto.

Além disso, Oppermann (2016) identifica Angola como uma potência regional africana ascendente, cuja atuação extrapola a África Central, estendendo-se também à África Austral e ao Golfo da Guiné.

A participação angolana em exercícios militares conjuntos, como o Kuanza 2010, Loango 2014 e CPLP 2018, faz parte de sua estratégia de inserção regional. A posição geopolítica de Angola com extensa costa atlântica favorece sua capacidade de articulação em prol do desenvolvimento econômico e político, consolidando sua presença na política internacional (Oppermann, 2016). O país também participa de exercícios anuais, como o Express e o Grand African Meno 2021 (Pedro; Garcia, 2020; Oppermann, 2016; Armando, 2021).

Em 2012, Angola assumiu a liderança militar e a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas da CEEAC, em resposta às crescentes ameaças no Golfo da Guiné área que integra parte da África Central. Entre os principais desafios da região destacam-se a pirataria marítima e o tráfico de drogas (Armando, 2021).

Esse protagonismo permite caracterizar Angola como uma potência ascendente de perfil pacificador. A articulação das perspectivas de Oppermann (2016) e dos dados apresentados por Paiva e Mesquita (2022) reforça essa posição. De acordo com Armando (2021), os esforços angolanos para estabilizar desafios estruturais do continente e direcionar sua política de segurança para a África Austral, SADC, CIRGL, Golfo da Guiné e CEEAC têm despertado crescente atenção internacional.

Essa projeção consolidou-se ainda mais em 2015, quando Angola candidatou-se ao Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não permanente. Almeida (2015) destaca que o país obteve forte apoio dos Estados africanos e da própria União Africana.

Os objetivos angolanos ao integrar o Conselho ampliaram significativamente seu status regional: (a) oferecer sua experiência em pacificação e reconciliação interna; (b) defender intervenções e debater crises na República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Mali, Saara e Líbia; (c) assegurar apoio humanitário, incluindo o combate a pandemias e surtos de Ebola, cólera e malária; e (d) monitorar o extremismo religioso, buscando mecanismos para evitar sua expansão como ideologia militarizada (Almeida, 2015; Pedro; Garcia, 2020).

Por fim, os desafios enfrentados por Angola na região centro-austral exigem crescente capacidade de gestão estratégica. Segundo Almeida (2018), sobre o país recai uma responsabilidade significativa como estabilizador no triângulo centro-africano, onde se situam instituições fundamentais como a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a CEEAC e a Comissão Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL).

5 CONCLUSÃO

A atuação de Angola na Região dos Grandes Lagos evidencia um processo em curso de consolidação do país como uma potência regional emergente, que avança apesar de seus desafios internos e contradições estruturais. Ao longo deste artigo, argumentou-se que a política externa angolana no período pós-guerra civil tem sido marcada por uma estratégia de afirmação regional e internacional, voltada à defesa dos interesses nacionais, à expansão da diplomacia e ao reposicionamento do país como um ator relevante na arquitetura africana de paz e segurança (Silva, 2017; Almeida, 2019).

Com base nos aportes teóricos de Secches e Ramos (2020), Paiva e Mesquita (2022) e Silva (2017), autores discutidos ao longo do estudo, foi possível compreender o enquadramento de Angola na tipologia de Estados proposta por esses pesquisadores.

O país projeta-se como uma potência regional, ainda que sem alcance global, desempenhando funções de liderança fundamentais para a mediação e a estabilização de conflitos nas regiões em que atua.

Tal comportamento aproxima Angola do padrão típico das potências médias regionais, expresso em seu envolvimento ativo em crises na Região dos Grandes Lagos, na SADC, na CEEAC e em toda a África Austral. Essa atuação ocorre tanto no âmbito institucional, por meio de fóruns multilaterais, quanto na busca de reconhecimento externo como ator confiável e estabilizador (Pedro; Garcia, 2020; Oppermann, 2016; Silva, 2017).

Na Região dos Grandes Lagos, Angola tem se engajado consistentemente em iniciativas diplomáticas no âmbito da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), visando mediar o processo de paz na República Democrática do Congo e cooperar com os países vizinhos no enfrentamento das constantes ameaças de crimes transfronteiriços. A liderança angolana em contextos de instabilidade tem sido essencial não apenas para formular respostas às crises, mas também para moldar de forma ativa o ambiente político e de segurança em seu entorno imediato.

No entanto, a ascensão regional não isenta Angola de limitações próprias de sua condição enquanto potência emergente. O país enfrenta importantes desafios sociais, políticos e econômicos que restringem sua capacidade de projeção.

Acrescenta-se a isso a concorrência com outras potências africanas consolidadas, como África do Sul e Nigéria, além de Estados como Ruanda e Uganda, que buscam protagonismo na Região dos Grandes Lagos. A fragmentação política do continente, a sobreposição de

alianças e os conflitos de interesse tornam o exercício da liderança regional um processo complexo, dinâmico e frequentemente contestado.

REFERÊNCIAS

- AFRICAN, U. COMMISSION. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018** Crescimento, emprego e desigualdades: Crescimento, emprego e desigualdades. OECD Publishing, 2018.
- ALMEIDA, E. Costa. A participação de Angola no Conselho de Segurança da ONU e a sua contribuição para a Arquitectura de Paz e Segurança Africana. *In: Conferência-Angola no Conselho de Segurança das Nações Unidas, desafios e Oportunidades*. 2015. p. 1-16.
- ALMEIDA, E. Costa. **Angola nos caminhos do centro-globalismo africano**. Angola nos caminhos do centro-globalismo africano, p. 14-28, 2019.
- ARMANDO, H. Sanda. **Participação Político-Diplomática de Angola na Gestão de Conflitos na Sub-Região da Comunidade Económica da África Central**. 2021. Dissertação de Mestrado. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal).
- ASSIS, C. Chagas de; RIBEIRO, R. Albuquerque; GARCIA, A. Saggiaro. **Integração regional africana: panorama, avanços e desafios**. 2022.
- BERNARDINO, L. M. Brás. O novo paradigma da segurança na África: a estratégia securitária regional angolana. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, p. 168-184, 2015.
- BIZAWU, S. Kiwonghi. Internacionalização dos Conflitos na Região dos Grandes Lagos: Exegese e Novas Tendências de uma Paz Duradoura. **Veredas do Direito**, v. 4, p. 116, 2007.
- DA SILVA, A. C. Matias. Angola: história, luta de libertação, independência, guerra civil e suas consequências. **NEARI em Revista**, v. 4, n. 5, 2018.
- DA SILVA, I. Castellano Congo. **A Guerra Mundial Africana: Conflitos Armados, Construção do Estado e Alternativas para a paz** / Igor Castellano da Silva. – Porto Alegre: Leitura XXI /Cebrafrica / UFRGS, 2012. 272p.
- DE CARVALHO, P. Nasser; GONÇALVES, F. C. N. Izidro. O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**, 2016.
- FERREIRA, M. Ennes. Realeconomie e realpolitik dos recursos naturais em Angola. **Relações Internacionais**, v. 6, p. 73-89, 2005.
- FERREIRA, P. Magalhães. **Revisitando os Grandes Lagos**. 2012.
- FRANCISCO, Deodato. **O papel de Angola no Contexto da União Africana**, 2016.

GARCIA, Francisco; PEDRO, L. Tuyenikumwe. O papel de Angola na geopolítica regional: o caso da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (2011-2017). **Revista Militar**, v. 72, n. 10, p. 843-859, 2020. <https://pt.euronews.com/2022/06/01/guerra-do-colton-ameaca-regiao-dos-grandes-lagos>.

OPPERMANN, A. de Borba. Angola: projeção de poder e o impacto nas relações interregionais (2002-2015). 2016.

PAIVA, F. Lira; MESQUITA, Rafael. Liderando do meio? Dimensionando a liderança das potências intermediárias nas organizações internacionais (1975-2017). **Carta Internacional**, v. 17, n. 1, p. e1223-e1223, 2022.

PEGADO, Aida. Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos. **Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais**, n. 4 (8), p. 173-201, 2014.

SCHWELLER, Randall L. The concept of middle power. **The Korean Pivot: South Korea as a Global Power**, p. 3-9, 2017.

SECCHES, D. Vieira; VADELL, Javier; RAMOS, Leonardo. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual. **Sociedade e Cultura**, v. 23, 2020.

SILVA, C. Augusto S. da. Guerra e paz na região dos “Grandes Lagos” da África: A justiça e os refugiados de Ruanda perante o genocídio de 1994. In: SALATINI, Rafael (org.). **Reflexões sobre a paz**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 179-200. DOI: <https://doi.org/10.36311/2014.978-85-7983-512-4.p179-200>.

SILVA, I. Castellano da. **Política externa da África Austral: guerra, construção do Estado e ordem regional (África do Sul, Angola, Moçambique, Zimbábue e Namíbia)** -- Porto Alegre: CEBRÁFRICA-UFRGS, 2016.

SILVA, I. Castellano. **Guerra Irregular e Estado Falido: Esclarecendo Conceitos para O Caso da República Democrática do Congo**, 2011. ISSN da publicação: ISSN 2 175-6 8 8 0 (Online).

SITA, S. C. de Almeida. **A geopolítica de Angola na África Austral: diplomacia e política externa de Angola na África Austral-SADC**. 2018. Dissertação de Mestrado.

VALENCIA, A. Rocha; RUVALCABA, D. E. Morales. Potencias medias y potencias regionales en el Sistema Político Internacional: dos modelos teóricos. **Geopolítica (s)**, v. 1, n. 2, p. 251-279, 2011.